



# Anais da Assembleia

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1986

ANO XII

## AVULSO

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da reunião realizada em 03 de novembro de mil novecentos e oitenta e seis.

Aos três dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e seis, na sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento presidida pelo senhor deputado Djalma de Almeida César, com a presença dos deputados adiante nominados: Acir Mezzadri, Trajano Bastos, Odeni Villaca Mongruel e Augusto Carneiro.

Da pauta, apreciação do parecer exarado pelo relator, deputado Trajano Bastos, sobre o projeto de lei n. 232/86 - Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1987, com as emendas do relator, fazendo este parecer, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a ser deliberado, o senhor presidente encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos. Assim sendo, eu, AYRTON ALVES ARANHA, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos senhores deputados presentes.

Sala das Comissões, em 03.11.86.

Deputado Djalma de Almeida César

Deputado Trajano Bastos

Deputado Acir Mezzadri

Deputado Odeni Mongruel

Deputado Augusto Carneiro

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### PROJETO DE LEI N. 232/86

#### PARECER:

#### Orçamento Anual Programa 1987

1. Atendendo às disposições constitucionais vigentes, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado enviou à Assembleia Legislativa Mensagem de n. 137/86, submetendo à apreciação desta Casa o Projeto de Lei Orçamentária, para o exercício financeiro de 1987 e atualizado o Orçamento Plurianual de Investimentos. Transformou-se a referida Mensagem no Projeto de Lei n. 232/86.

2. O Artigo 1.º do Projeto estima a receita e fixa a despesa em Cz\$ ... 27.118.810.908,00 (vinte e sete bilhões, cento e dezoito milhões e oitocentos e dez mil e novecentos e oito cruzados) para o próximo exercício, dos quais Cz\$ 24.547.000.000,00 (vinte e quatro bilhões e quinhentos e quarenta e sete milhões de cruzados) são provenientes da Receita Centralizada.

3. Apesar de enfatizar a Mensagem governamental de que não foi embutida nenhuma expectativa inflacionária para o exercício de 1987, o aumento foi na ordem de 39,5% sobre a lei orçamentária atual e de 34,9% sobre a execução provável da Receita para 1986.

Assim sendo, teremos:

receita centralizada

Lei Orçamentária	1987
Cz\$24.547.000.000,00	
Lei Orçamentária	1986
Cz\$17.591.877.816,00	39,5%
Execução provável	1986
Cz\$18.196.397.582,00	34,9%

4. A dívida pública que ao final de 1985 se posicionava em Cz\$... 7.294.212.184,00 (sete bilhões duzentos e noventa e quatro milhões duzentos e doze mil e cento e oitenta e quatro cruzados), isto é, 301,2% a mais que ao final de 1984, tende a aumentar em vista da execução provável no presente exercício de mais de Cz\$ 4.117.279.609,00 (quatro bilhões cento e dezessete milhões duzentos e setenta e nove mil e seiscentos e nove cruzados) e, principalmente, com a pretensão de realizar em 1987 operações de crédito no montante de Cz\$ 7.875.609.000,00 (sete bilhões oitocentos e setenta e cinco milhões e seiscentos e nove mil cruzados).

5. A alocação dos recursos centralizados por Poder, apresenta:

PODER	Cz\$	% s/ total
Executivo	22.468.946.000,00	91,5%
Judiciário	1.681.443.000,00	6,9
Legislativo	396.000.000,00	1,6
Total	24.547.000.000,00	100,0

Ressalte-se de que do orçado para o Poder Judiciário, Cz\$1.046.543.000,00 (um bilhão quarenta e seis milhões e quinhentos e quarenta e três mil cruzados) são para atender "precatórios e requisitos".

6. As funções hierarquizadas prioritariamente são:

- a) Educação com 18,5% do total
- b) Administração e Planejamento com 16,7% do total.
- c) Transportes com 18% do total
- d) Assistência e Previdência com 11,1% do total

Chamou a atenção deste Relator o índice de participação da Secretaria da Cultura e do Esporte com somente 0,5% da receita.

ta centralizada, principalmente tendo em vista que o programa governamental tenha como uma das prioridades uma política cultural mais profunda e que viria resgatar a necessidade de que a cultura neste Estado pudesse alcançar níveis mais satisfatórios e necessários. Sendo esta um alerta para que o próximo governo priorize efetivamente a política cultural no Estado do Paraná.

7. Sobre inúmeros aspectos poder-se-ia analisar o presente projeto de lei, contudo, entendemos que não surtiria os efeitos desejados, pois o Poder Legislativo, no processo orçamentário, tem uma participação meramente teatral, continuando inseridos na nossa Carta Magna, dispositivos que cerceam e tornam incongruentes a nossa intervenção em tão importante documento. A nossa aflição, durante todo o tempo como representantes do povo não encontrou eco nos gabinetes técnicos e isto, permanecemos na esperança, deverá se findar por ocasião da instalação do Congresso Constituinte.

8. Foram apresentadas 749 emendas ao projeto de lei n. 232/86 e a quase totalidade destas encontram óbices constitucionais por força do artigo 35, § 1.º da Constituição Estadual que regulamenta "§ 1.º - Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento da despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa; ou que vise a modificar-lhe o montante ou objetivo. Igual determinação é encontrada no art. 3.º da Resolução 17/67 desta Assembléia Legislativa.

Diante do exposto somos pela rejeição das emendas, ressalvadas as de n. 11 e 12. As emendas de n. 11 e 12 não sofrem o óbice constitucional e legal supra, pois pretendem diminuir o percentual constante dos arts. 8.º e 5.º § 2.º, os quais antecipam uma autorização do Legislativo no que concerne a abertura de créditos suplementares. Destas emendas nos ocuparemos adiante.

9. Na análise do conteúdo legal nos deparamos com duas irregularidades de ordem redacional, ou sejam:

No artigo 1.º falta a palavra "financeiro" após "exercício" determinando que se proceda tal adição para obedecer aos parâmetros da lei n. 4.320/64, na que dispõe o artigo 34: "o exercício coincidirá com o ano civil".

No artigo 10 faltou constar após "Parágrafos 1.º, 2.º e 3.º a expressão" do art. 3.º.

10. Nos termos do Parágrafo único do artigo 4.º da resolução n. 17/67 que dispõe:

Parágrafo único - Fica assegurado ao

relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito sobre o projeto e emendas.

E, diante do exposto, somos pela aprovação das seguintes emendas.

A - Inclusão da palavra "financeiro" após "exercício" no art. 1.º do projeto de lei.

B - Inclusão "do art. 3.º" após "Parágrafo 1.º, 2.º e 3.º..." no art. 10 do Projeto de Lei.

C - O art. 8.º "caput" passa a ter a seguinte redação:

Art. 8.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado no artigo 2.º desta Lei a título de Recolhimento Centralizado, servindo como recursos quaisquer das formas definidas no parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

D - O parágrafo 2.º do art. 5.º passa a ter a seguinte redação:

"§ 2.º - Acatadas as disposições dos artigos 40 a 46 da Lei federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares nos orçamentos próprios das Entidades referenciadas no "caput" deste Artigo tendo como limites 10% (dez por cento) do valor estimado no art. 2.º desta lei a título de Recolhimento Descentralizado).

Ao apresentar as emendas supra nos justificamos nos pressupostos de adicionar os termos nos artigos 1.º e 10 por determinação de ordem redacional.

As outras duas, tomando por base as emendas apresentadas na Comissão de Orçamento, de n. 11 e 12 modificamo-las com o intuito de possibilitar a este Poder Legislativo melhores meios de acompanhamento na execução orçamentária e nos fundamentos na Mensagem Governamental ao consignar que nas estimativas "não foi embutida expectativa inflacionária" e portanto o aumento evidenciado em comparação com o atual orçamento já ultrapassa o percentual de 34,9%, não se ensejando necessidades de utilização de créditos adicionais ao projeto ora analisado, além do limite de 10% que ora concedemos.

11. Somos pela aprovação do Projeto de Lei com as emendas supra justificadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.86.

Deputado Trajano Bastos

Relator

Deputado Djalma de Almeida César

Presidente

Deputado Acir Mezzadri

Deputado Odeni Mongruel

Deputado Augusto Carneiro